

A MOBILIZAÇÃO CONTINUA

Aprovação da ampliação do IR mostra que povo mobilizado faz o Brasil avançar

Projeto do governo Lula aprovado na Câmara dos Deputados deve ter tramitação rápida no Senado para sanção presidencial

Após mais de seis meses de tramitação na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei 1087/25 — que amplia a faixa de isenção do Imposto de Renda — finalmente foi votado. A proposta havia sido deixada em segundo plano pelos parlamentares, que priorizaram a chamada “PEC da Blindagem”, que busca proteger deputados e senadores de responsabilização por crimes e atos de corrupção, e a proposta de anistia aos envolvidos na tentativa de golpe de Estado de janeiro de 2023.

A mudança de pauta ocorreu após as manifestações populares realizadas no domingo (28 de setembro), em diversas cidades do país, acompanhadas por intensa mobilização nas redes sociais. A pressão popular fez o Congresso retomar a agenda social:

Foto: Nando Neves



Dirigentes sindicais participaram da mobilização no domingo (28/9), em Copacabana, em defesa da ampliação da isenção do IR e contra a PEC da Blindagem e a anistia aos golpistas de 8 de janeiro de 2023

o projeto do governo Lula, que isenta do IR quem ganha até R\$ 5 mil por mês, foi aprovado em caráter de urgência. A proposta também reduz as alíquotas para salários de até R\$ 7.350 e segue

agora para o Senado Federal. A expectativa é de uma tramitação rápida, permitindo a sanção presidencial ainda neste ano e a entrada em vigor das novas regras a partir de 2026.

SINDICATO NA LUTA

O presidente do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro, José Ferreira, que participou da manifestação em Copacabana no domingo (28/9) junto a outros dirigentes sindicais bancários, comemorou na segunda-feira (29/9) a aprovação do projeto e destacou a importância da mobilização popular.

“Esta é uma vitória conquistada a partir da iniciativa das centrais sindicais, que levaram ao então candidato Lula a proposta de mudança na tabela do Imposto de Renda. É fundamental que os trabalhadores continuem fortalecendo suas entidades sindicais e se mantenham mobilizados”, destacou Ferreira.

Festa do Dia das Crianças na Sede Campestre é neste domingo (12)

Restam poucas vagas para o evento. Garanta a vaga de seu (s) filho (s) até 12 anos de idade



A Turma do Rei Leão, da Disney, estará ao vivo na Festa do Dia das Crianças na Sede Campestre, neste domingo, 12 de outubro

A Secretaria de Cultura do Sindicato promove neste domingo, 12 de outubro, na Sede Campestre, a Festa do Dia das Crianças, a partir das 11h, para a meninada até 12 anos de idade e seus pais.

TURMA DO REI LEÃO

A grande surpresa da Festa das Crianças deste ano será a presença dos personagens vivos do Rei Leão e sua turma, da Disney. Ha-

verá também recreação com a turma da Brincadeira de Criança, inclusive com atividades na piscina, brincadeiras, distribuição gratuita de lanche, pipoca, picolé, refrigerante e guloseimas. Mas atenção: a festa é exclusiva para filhos (as) de bancários sindicalizados (as) de até 12 anos de idade.

Mas atenção: restam as últimas vagas: mais informações e inscrições ligue para a Secretaria de Cultura: (21) 2103-4106/4150/4151.

Sim, a redução da jornada é possível!

Empresas varejistas já aderiram à jornada com duas folgas por semana para atrair jovens ao mercado de trabalho. Mobilização popular agora é para esta pauta e a luta contra a pejetização. Confira detalhes na página 2.

**EDITAL DE ASSEMBLEIA GERAL
EXTRAORDINÁRIA ESPECÍFICA**

O SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS E FINANCIÁRIOS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, com CNPJ sob o nº 33.094.269/0001-33, situado na Av. Presidente Vargas 502/16º, 17º, 20º, 21º e 22º, andares Centro, Rio de Janeiro, por sua Presidenta em Exercício abaixo assinado, nos termos de seu Estatuto, CONVOCA todos os trabalhadores bancários que prestam serviços para o BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL - BNDES, e suas subsidiárias, a BNDES Participações S.A - BNDESPAR e a Agencia Especial de Financiamento Industrial - FINAME, sócios e não sócios, da base territorial deste Sindicato, para a reunião assemblear específica remota que a ser realizada nos dias 08 e 09 de outubro de 2025 com votação das 19:00 horas do dia 08.10.2025 até às 12:00 horas do dia 09.10.2025 precedida de uma "live" para debates das 18:00 horas até às 19:00 horas do dia 08.10.2025, para a deliberação por parte dos bancários, sócios e não sócios, da seguinte pauta: 1. Aprovação do Acordo Coletivo de Trabalho sobre Participação nos Lucros e Resultados para o exercício de 2025; 2. Deliberação sobre o desconto a título de contribuição negocial, na forma disposta no site oficial do Sindicato na internet. A discussão e esclarecimentos se darão por meio da plataforma ZOOM através do link <https://zoom.us/j/99664013518?pwd=zt235hm5GqgR2QyUYxzF2uPOrncVp7.1>.

Rio de Janeiro, 06 de outubro de 2025.

KATIA LUCIMAR DA ROCHA
BRANCO LOPES
Presidenta em Exercício

DÁ PARA MUDAR**Pressão popular agora é pela redução da jornada e contra a pejotização**

Para atrair jovens que não aceitam a exploração no trabalho e jornada excessiva, empresas começam a adotar no Brasil a jornada 5 x 2

A mobilização popular mostrou que o povo nas ruas pode mudar a história do país. As manifestações em todo o país contra a PEC da Blindagem e a anistia aos organizadores da tentativa de golpe de Estado de janeiro de 2023 e na defesa da pauta prioritária para os projetos de interesse dos trabalhadores no Congresso Nacional foi um sucesso. É o caso da proposta do governo Lula que amplia a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$5 mil por mês, que virou prioridade, passou no Senado e na Câmara dos Deputados por unanimidade e agora volta ao Senado para então, receber a sanção do presidente Lula.

Agora é a vez do povo lutar pela redução da jornada de trabalho sem diminuição de salários.

SIM, É POSSÍVEL

Empresas brasileiras começam a dar sinais de mudança em um tema há muito defendido por especialistas e entidades sindicais: a redução da jornada de trabalho e a ampliação das folgas semanais. Redes como Palácio Tangará, Drogarias São Paulo e Pacheco (Grupo DPSP) e H&M estão entre as pioneiras na adoção da escala 5x2 — cinco dias de trabalho por dois de descanso —, modelo comum em outros países, mas ainda raro no Brasil nos setores de comércio e serviços.

“Temos que continuar a mobilização pelo fim da jornada 6 por 1. Este é o primeiro passo para que possamos avançar numa jornada menor para garantir melhor qualidade de vida e de saúde para o trabalhador. Países mais desenvolvidos,



como a Islândia, que adotaram a jornada 4 x 3 viram a economia crescer e gerar mais emprego”, explica a presidenta em exercício do Sindicato dos Bancários do Rio Kátia Branco.

FIM DA PEJOTIZAÇÃO

Em audiência pública sobre a pejotização, o decano do STF (Supremo Tribunal Federal) Gilmar Mendes defendeu “transições justas” para fomentar a economia e que impedir esta prática pertence a “modelos ultrapassados” da regulação do trabalho que, segundo ele, geram “insegurança jurídica”.

A posição de Mendes em defesa da pejotização foi rebatida pelos ministros da AGU (Advocacia-Geral da União), Jorge Messias; e do Trabalho, Luiz Marinho, que defenderam os direitos dos trabalhadores vítimas de “fraudes trabalhistas”. Messias de-

clarou que a “pejotização à brasileira tem se revelado uma verdadeira cupinização de direitos trabalhistas” e “um bombo para precarizar o trabalho”.

“É o caso do Santander, que através de terceirizações e pejotizações já foi condenado por contratação fraudulenta de mão de obra. A categoria precisa se unir ao Sindicato contra estas práticas que elevam a exploração do trabalho”, disse o diretor do Sindicato dos Bancários do Rio, Marcos Vicente.

A fraude trabalhista no contexto da pejotização ocorre quando a empresa contrata uma pessoa como se fosse pessoa jurídica (abrindo um CNPJ), mas na prática mantém com ela uma relação típica de emprego, com subordinação, horário fixo, metas, uso de recursos da empresa e exclusividade.

Confira em nosso site, o vídeo com a audiência pública no STF sobre a pejotização: www.bancariosrio.org.br.

PAIZÃO BANCÁRIO 2025

A última turma para o curso de Paternidade Responsável promovido pela Secretaria de Políticas Sociais do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro em 2025 terá aula no dia 19 de novembro, numa quarta-feira, mas as inscrições já podem ser feitas agora.

COMO SE INSCREVER: As aulas serão virtuais. É preciso ser sindicalizado e quem quiser pode se associar à entidade antes do início das aulas. Inscrições e informações pelo telefone (21) 2103-4170 ou pelo email curso-paternidade@bancariosrio.org.br.

Para fazer a inscrição são necessários o nome completo, banco e agência, data prevista para o nascimento do bebê, e-mail e número da matrícula funcional.

BANCÁRIO

Presidente: José Ferreira Pinto – Av. Pres. Vargas, 502/17º, 20º, 21º e 22º andares - CEP 20071-000 – Centro – Fax (Redação): (021) 2103-4112 – **Sede Campes** - R. Mirataia, 121 - Tel.: 2445-4434 (Pechincha/Jacarepagua) – **Secretaria de Imprensa** (imprensa@bancariosrio.org.br) – Vera Luiza Xavier (Banerj/Itaú), coordenador responsável **Coletivo de Imprensa:** Ronald Carvalhosa (Banerj/Itaú), José Pinheiro (Banerj/Itaú) - **Editor:** Carlos Vasconcellos - MTb 21335/RJ - **Redator:** Carlos Vasconcellos e José Olyntho Contente - **Diagramador:** Marco Scalzo - **Fotos:** Nando Neves - **Secretário de Imprensa:** Celedon Broca – Secretaria de Cultura (cultural@bancariosrio.org.br) - Tel.: 2103-4150 – Secretaria de Bancos Públicos (bancospublicos@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4122/4123 – Secretaria de Bancos Privados (bancosprivados@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4121/4124/4172 – Secretaria de Saúde (saude@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4110/4116/4149/4176 – Secretaria do Jurídico (juridico@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4104/4125/4128/4173 – Impresso na 3 Graph - Distribuição Gratuita - Tiragem: 11.000

EM BUSCA DE SOLUÇÃO**CEE rejeita proposta sobre Saúde Caixa e volta a defender reajuste zero**

Na terça-feira (7) haverá mais uma mesa de negociação. Os empregados precisam intensificar a mobilização em defesa do reajuste zero

A Caixa Econômica Federal propôs reajuste médio nas contribuições dos titulares de 57,14% e 40% nas dos dependentes. Os empregados precisam intensificar a mobilização

A CEE-Caixa (Comissão Executiva dos Empregados) rejeitou, nesta segunda-feira (6 de outubro), em São Paulo, a proposta apresentada pela diretoria da empresa sobre o Saúde Caixa. Esta foi a quarta mesa de negociação e a primeira em que a direção da empresa apresentou uma proposta formal. O banco já havia divulgado anteriormente um estudo que, na prática, reproduzia a mesma proposta — incluindo o pagamento de 17 mensalidades em 2026, sendo quatro a mais que as 13 atuais, com a justificativa de cobrir o déficit do plano neste ano.

PROPOSTA DOS EMPREGADOS

A representação sindical dos empregados e empregadas mantém a proposta de reajuste zero, argumentando que o principal gerador do déficit é o teto imposto unilateralmente pela Caixa em seu Estatuto. “A Caixa negociou conosco a relação de custeio de 70% para a empresa e 30% para os empregados, mas depois incluiu um limitador no próprio Estatuto que impede a empresa de honrar esse compromisso”, explica o diretor

Foto: Divulgação



A CEE rejeitou a proposta da direção da Caixa sobre o Saúde Caixa e reforçou a mobilização pelo reajuste zero

do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro Rogério Campanate, que representa a base da Federa-RJ (Federação das Trabalhadoras e dos Trabalhadores no Ramo Financeiro do Estado do Rio de Janeiro) na reunião.

Segundo o dirigente, essa medida transfere integralmente para os empregados a responsabilidade pelos reajustes necessários em função da inflação médica, da ampliação do rol de procedimentos e de outros fatores que elevam os custos do plano.

“Nossa proposta é muito clara: reajuste zero. Nossos estudos mostram que, se a Caixa não tivesse alterado unilateralmente o teto no Estatuto, poderia aportar R\$ 1,4 bilhão, valor mais que suficiente para cobrir os déficits. Agora é mobilização total para garantir o reajuste zero”, concluiu Campanate.

Na terça-feira (7) tem nova ro-

data de negociação. Confira no site, novas informações sobre as negociações: www.bancariosrio.org.br.

AUDIÊNCIA PÚBLICA NO RIO

Na mesma segunda-feira (6), teve audiência no Ministério Público do Trabalho no Rio de Janeiro, referente ao Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2024-2025 em que a base do Município do Rio rejeitou a proposta da Caixa.

O movimento sindical informou à procuradoria do MPT, que a Caixa aplicou o acordo sobre o Saúde Caixa também nas bases em que foi rejeitado, ferindo a autonomia das assembleias. Os representantes da Caixa argumentaram na audiência para justificar a sua posição, que se tratava de um plano de abrangência nacional com regras vigentes no ACT.

Os representantes dos empregados da Caixa explicaram também que, além das normas coletivas de trabalho, a tese do movimento sindical tem origem também em normativos internos, que com o tempo sofreram alterações e que acabaram prejudicando os trabalhadores.

A Caixa informou que há uma negociação em andamento para as tratativas de renovação do acordo que vence em dezembro.

Com base nessas informações o procurador deu um prazo de 30 dias para que as partes se manifestem.

A Proposta da Caixa rejeitada pela CEE**Mensalidades:**

Titular - de 3,5% para 5,5%
Dependente - de R\$ 480 pra R\$ 672
Teto familiar - de 7% para 12%

BATALHA JUDICIAL**Sindicato reintegra bancária demitida pelo Bradesco**

A funcionária do Bradesco Vivian da Silva Gomes foi reintegrada por decisão do juiz Filipe Ribeiro Alves Passos, da 32ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro. Ela havia entrado de licença duas vezes, em função da política de pressão por metas imposta pelo banco, que a demitiu sem justa causa, no dia 13 de agosto de 2025, mesmo a bancária tendo confirmada toda a sua documentação do auxílio-doença pelo INSS.

A antecipação de tutela foi solicitada pela advogada do Jurídico do Sindicato e da AJS, Mariana Martins.

A bancária teve reestabelecido

não apenas o seu emprego, mas todos os direitos da categoria, inclusive o plano de saúde, fundamental para que ela, mais uma vítima do adoecimento gerado pela sobrecarga de trabalho e pressão por metas impostas pelo banco, continue a cuidar de sua doença ocupacional.

“O Bradesco, como os demais bancos, insiste em demitir trabalhadores e sempre que a dispensa for injusta e ilegal, nosso Departamento Jurídico estará pronto para agir e garantir os direitos dos bancários e bancárias”, explicou o diretor que atua no Departamento Jurídico do Sindicato, Wanderlei Ferreira.

Fotos: Nando Neves



Vivian da Silva Gomes (de vermelho, ao centro), do Bradesco, comemorou a sua reintegração graças à ação do Departamento Jurídico do Sindicato

CEBB cobra fim do aumento da jornada prevista no MAD

A Comissão de Empresa dos Funcionários (CEBB) cobrou de representantes do Banco do Brasil, em reunião híbrida, na segunda-feira (6/9), o fim do aumento da jornada de trabalho de comissionados de seis para oito horas, como parte do Movimento de Aceleração Digital (MAD). O programa foi lançado pelo banco na sexta-feira (3/9), sem qualquer diálogo prévio com o movimento sindical, e entre outras medidas, prevê a adoção da jornada de oito horas para 25% dos níveis de assessoramento. As mudanças afetam as funções de assessor I, II e III em áreas estratégicas.

FALTA DE RESPEITO

A CEBB reforçou o repúdio à falta de respeito com o movimento sindical, e ressaltou que não concorda com o modelo implementado e muito menos com a questão das horas adicionais, mudando a jornada de vários comissionados de seis para oito horas. “Cobramos, ainda, que o BB revise essa medida, e informamos que a Comissão vai se reunir para dar desdobramentos à luta contra esse programa arbitrário imposto pelo banco”, afirmou Alexandre Batista, diretor do Sindicato da Secretaria de Bancos Públicos, que participou da reunião com o banco.

PONTA DO ICEBERG

A CEBB questionou e bateu na tecla de que o banco anunciou o programa, com outra roupagem, mas que se trata na verdade de uma nova reestruturação. “Uma reestruturação que hoje começa nessas áreas de unidades estratégicas, mas que não sabemos se é a ponta do iceberg de outras que



Capa do novo programa que aumenta a jornada de trabalho

possam vir a acontecer”, argumentou Alexandre Batista.

Os representantes do banco iniciaram a reunião com a CEBB, fazendo uma explanação sobre este novo modelo que o BB está implementando, que segundo disseram, vai incidir apenas sobre as unidades estratégicas, não alcançando as operacionais (rede de agências, PSO, caixas). Acrescentaram que grande parte do funcionalismo afetado é de Brasília, e poucas no Rio, entre elas a Diretoria de Finanças (Difin) e a Diretoria de Tecnologia.

NA CONTRAMÃO DA HISTÓRIA

Os dirigentes lembraram que esta iniciativa vem na contramão do momento político e histórico em que vive a sociedade brasileira, com o governo acenando positivamente para a luta pela

extinção da jornada 6x1. “Num momento de pressão sobre o Congresso Nacional pela redução da jornada, o banco vem com um programa que aumenta a jornada nestas unidades estratégicas para boa parte dos comissionados que trabalham seis horas e que passariam para oito. Isso por si só já é aviltante dentro do momento social e político que vivemos, como também em relação ao nosso acordo de trabalho e a nossas conquistas históricas, como a jornada de seis horas”, disse Batista.

A CEBB questionou também outro sério problema gerado pela nova reestruturação, que é existência de vagas em agências ou nas próprias unidades estratégicas, para os que não conseguirem se ajustar e ser comissionado neste novo modelo. “Este é um outro problema que vai mexer com a vida de vários colegas. Indaga-

mos, ainda, que se existem estes claros e esta necessidade de complemento nas unidades operacionais, que o correto seria abrir concurso público para suprir estas vagas e não criar fórmulas mirabolantes de aumento da jornada de trabalho para ter sobra nas unidades estratégicas para jogar as pessoas nestes novos locais”, ressaltou. O dirigente sindical disse ainda que o banco pressiona para que colegas sejam levados a optar por outra unidade, lembrando que isso já aconteceu antes, acabando sobrando gente, que foi empurrada para agências até em outros estados e municípios.

Durante a reunião, Alexandre defendeu a avaliação das tabelas do programa, no caso dessa medida absurda prevalecer, para se saber se o aumento da remuneração será proporcional ao aumento da carga horária. “Já cobramos estes valores ao BB.

Responda ao 4º Censo da Diversidade

Ainda não respondeu ao 4º Censo da Diversidade? Para participar, basta acessar a intranet do seu banco, onde estarão disponíveis o link e o QR Code específicos de cada instituição.

Sua participação ajuda a categoria a avançar na igualdade de oportunidades e acabar com toda a forma de discriminação no setor bancário.